

# CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO

## INSTRUÇÕES:

- A duração da prova será de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO.
- Você receberá:
  - um **CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO**.
  - um **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** (único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva).
- Ao receber o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, verifique imediatamente, no canhoto localizado ao final da primeira folha, seu nome, número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
- Quando autorizado o início da prova, confira atentamente o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**. Sua prova será composta de 12 questões, distribuídas da seguinte forma:

DIREITO CONSTITUCIONAL	PONTOS	DIREITO ADMINISTRATIVO	PONTOS	DIREITO TRIBUTÁRIO	PONTOS	DIREITO PROC. CIVIL E D. CIVIL	PONTOS
1ª questão	10	1ª questão	10	1ª questão	09	1ª questão	05
2ª questão	05	2ª questão	10	2ª questão	08	2ª questão	10
3ª questão	10	3ª questão	05	3ª questão	08	3ª questão	10

- Qualquer irregularidade comunique, imediatamente, ao fiscal de sala, pois **não** serão aceitas reclamações posteriores.
- O **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** será o único documento válido a ser corrigido pela Banca, por isso controle seu tempo.
- Não haverá substituição parcial ou integral do **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** por erro do candidato.
- Siga as seguintes recomendações relativas ao **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO** :
  - Observe o número **mínimo** e **máximo** de linhas determinado para responder às questões.
  - A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
  - Será **desclassificado** o candidato que fizer **qualquer tipo de identificação** no **CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**, inclusive a utilização de **corretivo de qualquer espécie como borracha, fita ou tinta**.
  - Será atribuída nota zero às questões com fuga ao tema, inexistência de texto e/ou colocação em local indevido.
  - Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
- O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
  - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: *bip, walkman*, agenda eletrônica, *notebook, palmtop*, receptor/transmissor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor e telefone celular;
  - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou mantendo comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
- O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
- Ao terminar a prova, destaque o canhoto. Ele é seu comprovante e contém o código criptografado identificador de sua prova.
- Somente** após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO, o CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO e retirar-se do recinto de realização da prova.**
  - O candidato que se recusar a fazer a prova assinará o Termo de Desistência a ser lavrado pelo Coordenador e só poderá ausentar-se do recinto após decorrida uma hora do início da prova.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **cadernos**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
- Ao terminar a prova, entregue obrigatoriamente o **CADERNO DE QUESTÕES / RASCUNHO e o CADERNO DE RESPOSTAS DEFINITIVO**.
- A desobediência a qualquer norma constante do Edital ou das Resoluções 640 e 641/2009 que instituem e regulamentam este Processo Seletivo poderá implicar a exclusão do candidato do certame.
- O cronograma com as datas de divulgação do resultado da prova e entrada dos respectivos recursos estará disponível no site [www.rio.rj.gov.br/concursos](http://www.rio.rj.gov.br/concursos), no dia 26/10/09.

Boa Prova!

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Disserte sobre a repartição de competências legislativas entre os entes federativos estabelecida na Constituição Federal de 1988.

### 2ª QUESTÃO (05 PONTOS)

Mencione e explique os limites jurídicos ao direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal.

### 3ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Em razão da escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de iniciativa do vereador João do Esporte, que cria cem cargos de professores de Educação Física e determina a construção de vinte vilas olímpicas nas Zonas Norte e Oeste de nossa cidade. O Prefeito, alegando restrições orçamentárias, veta a lei. O ato, no entanto, é derrubado pela Câmara de Vereadores. O Chefe do Executivo Municipal consulta a Procuradoria do Município, nos seguintes termos:

- A) É possível não cumprir a lei?
- B) Qual (is) a (s) medida (s) judicial (is) cabível (is)?

Fundamente as suas respostas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Na fase final de construção de um grande complexo esportivo cujo custo total da obra foi de R\$ 2.000.000,00, em que já havia sido pago 80% desse valor, o TCM notificou determinado Município alegando que não teria sido realizada audiência pública prévia ao procedimento licitatório que antecedeu a contratação, conforme prevê a Lei nº 8.666/93.

Diante da análise do controle, a assessoria do Secretário de Esportes desse Município propõe a anulação do contrato e a suspensão dos respectivos pagamentos, aplicando-se a autotutela conferida à Administração Pública.

Encaminhado o feito à Assessoria Jurídica, faça sua apreciação preliminar sobre os aspectos suscitados.

### 2ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Discorra, sucintamente, sobre a responsabilidade civil do Estado por ato omissivo.

### 3ª QUESTÃO (05 PONTOS)

A viúva de um permissionário de serviço de táxi do Município X pleiteia a transferência da referida permissão, alegando ser a permissão um bem que lhe teria sido deixado pelo falecido cônjuge, o que lhe conferiria direito líquido e certo à respectiva transferência. Como advogado residente desse Município, analise a legalidade do pedido.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### 1ª QUESTÃO (09 PONTOS)

Faça a distinção entre imunidade, isenção e não incidência tributárias.

**2ª QUESTÃO (08 PONTOS)**

Em 02.10.1997, a fiscalização fazendária municipal lavrou três autos de infração contra a empresa JHB por não recolhimento de ISS relativo a fatos geradores ocorridos, respectivamente, em 06.05.1991, 23.05.1994 e 08.06.1995.

A empresa autuada apresentou, tempestivamente, três recursos administrativos, um para cada auto de infração.

Em 03.05.2000, as alegações apresentadas foram rejeitadas pelo órgão de julgamento administrativo em três decisões, contra as quais a empresa JHB não apresentou recurso.

As dívidas, então, foram inscritas em dívida ativa em 26.06.2000. Em 04.06.2002, foi promovido o ajuizamento de três executivos fiscais a elas correspondentes.

Responda, justificadamente, se ocorreu prescrição ou decadência relativamente a cada um desses créditos.

**3ª QUESTÃO (08 PONTOS)**

Afrânio e Otávio são domiciliados na cidade de Manaus, no Amazonas. Afrânio é proprietário de um apartamento no bairro de Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Otávio, por carta, formaliza proposta para a compra do apartamento de Afrânio no Rio de Janeiro. Como Afrânio aceita a proposta, providenciam a lavratura, em cartório de notas de Manaus, da escritura de compra e venda do imóvel, com pagamento integral realizado no ato de sua assinatura. A escritura é apresentada para registro no Registro de Imóveis competente.

Pergunta-se:

Essa compra e venda gera obrigação de pagar ITBI? Por quê?

Caso não gere, que documento deveria ser apresentado ao cartório que lavrou a escritura ou ao Registro de Imóveis para a atestação da inexistência da obrigação? Tal documento teria de ser emitido por qual ente federativo?

Caso gere obrigação tributária, a que ente federativo deveria ser pago o tributo? Por quê?

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL****1ª QUESTÃO (05 PONTOS)**

Defina e distinga as figuras processuais dos embargos do devedor, embargos de declaração, embargos de divergência, embargos infringentes e embargos de terceiro, afirmando-lhes a natureza jurídica e a hipótese de cabimento.

**2ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

O Município promoveu, por via administrativa, a notificação ao particular para desocupação e demolição de acessões levantadas em um bem imóvel municipal, onde exerce o notificado atividade econômica. Sentindo-se prejudicado, manejou o comerciante o competente interdito possessório, alegando que se encontra há muitos anos no terreno, onde então construiu suas dependências, reuniu estoque de mercadorias, constituiu fundo de comércio e onde, enfim, auferiu lucros empregados na sua própria subsistência e na de seus familiares. Na mesma petição inicial, cumulou o autor pedido de indenização específica por perdas e danos. Instado a desenvolver a defesa do Ente Municipal, mencione o (a) candidato (a) as linhas disponíveis à contestação, abordando estritamente os campos do Direito Civil e do Direito Processual Civil. Não é necessária a redação da contestação, mas recomenda-se a satisfação dos ônus da impugnação especificada, inclusive e, se for o caso, reconvenção.

**3ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

A Companhia Distribuidora de Petróleo "A" firmou contrato de fornecimento de combustíveis com o posto revendedor "B", com cláusula de exclusividade, pela qual "B" não poderia receber de outras distribuidoras prestação da mesma espécie, obrigando-se, ainda, a exibir o nome de "A" na sua apresentação ao público consumidor.

Não obstante, o posto revendedor passou a adquirir, também, combustíveis da distribuidora "C", que não é parte na relação contratual entre "A" e "B".

Mais: a distribuidora "C", embora ciente da referida cláusula de exclusividade, comumente inserida nos contratos de fornecimento celebrados por "A", passou a vender combustíveis para outros postos revendedores que ostentavam a marca "A".

Pode a Companhia "A" adotar providências judiciais em face da distribuidora "C", por ter esta "atravessado" a relação contratual mantida com os seus postos revendedores, ou apenas em face destes últimos? Quais os fundamentos das medidas adotadas pela Companhia "A"?











